

Gabarito comentado

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	
1 – D	
Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. As demais, embora tenham itens abordados no PNE, apresentam problemas na sua redação.	
2 – E	
Item I - Está errada a palavra “especificamente”. O correto é “preferencialmente”. Item II – Está incorreta a idade de previsão de término do Ensino Fundamental de 9 anos. O correto: 14 anos. Item III – correto – corresponde à Meta 3. Item IV – correto – corresponde à estratégia 4.3	
3 – B	
O Art. 8º do PNE diz: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.” Portanto, a alternativa (B) está incorreta por só mencionar os municípios. As demais alternativas estão corretas.	
CONSELHOS ESCOLARES	
4 – C	

I – A falta de participação nas reuniões não pode ser interpretada como um indicador de que a comunidade não tem interesse em participar da gestão. Será necessário pesquisar as causas da não participação. Dissolver o conselho escolar fere princípios de gestão democrática.

II – Correto: Rever os horários e datas de reunião, considerando a rotina de trabalho dos representantes do conselho escolar deve ser considerado, pois o não respeito a estes itens pode dificultar ou impedir a participação.

III – Adotar uma política de premiação com vistas à motivação para que pais e representantes da comunidade participem das reuniões do conselho é um equívoco. A comunidade precisará ser educada para compreender que sua participação está relacionada à prática da cidadania, ao desejo de contribuir para a gestão democrática e não movida pelo interesse em premiações.

IV – Correto: Repensar o formato das reuniões, investindo em pautas mais de natureza consultiva e deliberativa do que apenas informativa faz parte do exercício da democracia. Organizar reuniões onde tudo já está previamente decidido é desmotivador para os conselheiros e se contrapõe à gestão democrática.

V – Correto: Ampliar o convite à reunião, possibilitando que outras pessoas se interessem por compor o conselho escolar e dele participar demonstra a disponibilidade de escuta de todos e atende a um os princípios da gestão democrática.

5 – B

(A) Imobilidade do processo participativo, para a construção de uma gestão escolar. – Errada: nas ações descritas não há imobilidade do processo participativo. Não se faz gestão democrática sem participação dos elementos do conselho e demais pessoas da comunidade educativa.

(B) Democratização da escola e a qualidade social do processo. – **Correta.** A democratização da escola relaciona-se diretamente com a atenção à qualidade do processo vivido pela. Como processo, as ações cotidianas exigem participação, reflexão, clareza de propósitos didático-pedagógicos.

© Implementação da cultura escolar, embora ela não tenha caráter participativo. – Errada: A cultura escolar numa escola que se pretende democrática é essencialmente participativa.

(D) Manifestação de ações oriundas das decisões trazidas e assumidas pelo gestor escolar. Errada: Decisões trazidas e assumidas pelo gestor dificultam ou impedem a participação e a gestão democrática.

(E) Gestão participativa e o entendimento de que o confronto de pontos de vista deve ser evitado. – Errada: Numa gestão participativa e democrática os confrontos de pontos

de vista devem ser bem recebidos, pois permitem que todos anunciem o seu pensamento. Com isso, alargam-se as visões sobre as questões em debate.

6 – D

I – Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. – Correto: Cabem aos Conselhos escolares analisar as ações e empreender os meios necessários para o cumprimento das finalidades da escola.

II – Os conselhos escolares representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. – Correto: Os conselhos escolares são lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática.

III- Os conselhos escolares não se envolvem com os projetos político-pedagógicos das escolas, pois a definição destes projetos precisa estar a cargo de especialistas, para que se garanta a sua qualidade, coerência e adequação. – Errado – Os conselhos escolares são o sustentáculo dos projetos político-pedagógicos, pois permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade. Elaborado apenas por especialistas o PP não consegue representar os anseios da comunidade escolar e não refletem o estudo de problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar.

IV – Os Conselhos Escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar. – **Correto:** Os conselhos escolares são capazes de redefinir e impulsionar novas ações relacionadas ao PP, especialmente quando se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira, pois todos estes elementos são decisivos no momento de se desenvolver o projeto de escola.

7 – B

Os conselhos escolares têm as seguintes funções:

Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da

escola / aprovam encaminhamentos de problemas / garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino / decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas /elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.

Fiscais (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

PADRÕES DE COMPETÊNCIA EM TIC PARA PROFISSÕES

8 – C

Está incorreto o item V: O sucesso ou fracasso dos alunos não pode ser atribuído unicamente às TIC. Embora importantes para a formação dos alunos, por si só as TIC não resolvem os desafios enfrentados por alunos e professores na aprendizagem. Quando obtém sucesso ou fracasso em seus estudos não é unicamente o aluno que deve ser responsabilizado, mas toda a escola.

9 – E

As TIC possibilitam a construção de conhecimento a partir das trocas de informações que circulam nas comunidades virtuais de aprendizagem. Todos os que acessam as comunidades virtuais de aprendizagem se deparam com um grande conjunto de informações. Embora a informação sozinha não garanta a aprendizagem, ela é elemento indispensável para a construção do conhecimento.

Todas as outras alternativas apresentam problemas:

(A) os mecanismos de transmissão de informações com vistas à retenção e reprodução por parte do estudante usuário: Não se trata de mera transmissão de informação. Há problemas também com as palavras retenção e reprodução, pois remetem a um processo mecânico.

(B) a intensa criação de procedimentos de estudo por meio da constituição de comunidades virtuais de aprendizagem, além de garantir a articulação de toda a rede com escolas, professores e alunos: As TIC se propõem a mais do que procedimentos de estudo, visam à construção de conhecimento. Seu uso também não garante por si só a articulação de toda a rede com alunos e professores.

(C) os treinamentos para o mercado, desenvolvendo habilidades inerentes ao uso de programas e planilhas específicas: a ideia de treinamento para o mercado apresenta uma visão reducionista das TIC.

(D) a simplificação da informação associada aos mecanismos lineares de memorização, configurando a senha que garante uma melhor aprendizagem: Estas ideias - simplificação da informação e mecanismos lineares de memorização - se opõem à possibilidade de aprendizagem.

10 – A

O correto é apontar não apenas a importância de acesso às TIC, mas também a qualidade do uso que se faz destas tecnologias.

Todas as outras alternativas apresentam problemas na sua redação:

- criar redes de conhecimento, decorrente das interações do homem com objetos e artefatos: a interação é antes com as ideias das pessoas e não com objetos e artefatos.

- permitir ao professor inserir em sua sala de aula tecnologias evoluídas, apesar dos dados do IBGE apontarem que 13,3% dos analfabetos são de pessoas entre 10 e 15 anos: é duvidosa a menção a “tecnologias evoluídas”. Além disso, o analfabetismo não é condição impeditiva ao acesso às TIC.

- saber utilizar esta tecnologia para a busca e a seleção de informações que permitam a cada pessoa desenvolver os problemas do passado, pensando no futuro, observando que o mundo não pode ser modificado em seu contexto: o propósito não é necessariamente desenvolver os problemas do passado. A crença de que o mundo não possa ser modificado remete à ideia de paralisia, se opondo às possibilidades de transformação e de desenvolvimento.

- conhecer as TIC como possibilidade de conhecer o mundo, mesmo mantendo-se sempre na sala de aula: a referência a se manter sempre na sala de aula (espaço físico) como imposição não faz parte dos propósitos das TIC.

11 – D

No que diz respeito ao currículo e à avaliação para a alfabetização tecnológica os itens II e IV estão incorretos, pois apresentam visão reducionista da proposta das TIC e

mencionam a ideia de “treinamento” que se contrapõe à concepção de aprendizagem defendida pela rede.

Lembrar que na introdução do documento é enfatizado que em um ambiente educacional qualificado, a tecnologia pode permitir que os alunos se tornem: usuários qualificados das tecnologias da informação; pessoas que buscam, analisam e avaliam a informação; solucionadores de problemas e tomadores de decisões; usuários criativos e efetivos de ferramentas de produtividade; comunicadores, colaboradores, editores e produtores; cidadãos informados, responsáveis e que oferecem contribuições.

APM

12 – E

Todos os itens estão corretos no que se refere à APM.

13 – A

“Somente sou chamado à escola para ouvir reclamações sobre meus filhos, ou para ser comunicado sobre decisões sobre as quais não fui consultado”.

Esse relato permite ao diretor identificar a desarticulação entre a escola e a comunidade, pois evidencia um tratamento distanciado dos pais, muito diferente do que se busca com a convivência coletiva como espaço de troca de conhecimentos e de socialização.

Os demais relatos focam questões pessoais ou aspectos da escola que não se relacionam diretamente com a desarticulação entre escola e comunidade.

MODELO DE GESTÃO DE DESEMPENHO DAS EQUIPES ESCOLARES: ENSINO INTEGRAL – CADERNO DO GESTOR

14 – E

Apenas o item V está incorreto. As escolas de Ensino Integral não têm material didático pedagógico específico e exclusivo para o seu uso.

15 – C

Os dados constantes nos boletins individuais dos alunos não são utilizados neste caso. Os demais itens devem ser acessados no processo de avaliação de competências nas Escolas de Ensino Integral.

16 – C

O IDESP é um indicador sintético da qualidade da escola. Seu cálculo considera dois critérios complementares: o desempenho dos alunos e o fluxo escolar. O desempenho é medido pelos resultados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), a partir da distribuição dos alunos nos quatro níveis de proficiência definidos a partir das expectativas de aprendizagem estabelecidas para cada série e para cada componente curricular na Proposta Pedagógica do Estado de São Paulo. No cálculo do IDESP consideram-se apenas os resultados de Língua Portuguesa e Matemática (os resultados de Ciências da Natureza e Redação não são contemplados pelo indicador). O fluxo escolar, por sua vez, é medido pelas taxas médias de aprovação nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, coletadas pelo censo escolar. A partir das medidas de desempenho e fluxo, calcula-se o IDESP de cada escola, para as séries finais de cada etapa de escolarização (4^a- e 8^a- séries do Ensino Fundamental e 3^a- série do Ensino Médio). – Caderno Gestor vol. 1.

17 – D

A avaliação formativa é usada para acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos, com o objetivo de corrigir e melhorar os processos de ensino e de aprendizagem, evitando o fracasso antes que este ocorra.

Baseia-se em relatórios de acompanhamento detalhado do desenvolvimento dos alunos, em tomadas de decisões e constantes revisões de estratégias de ação, podendo utilizar-se de provas objetivas e outros instrumentos que permitam acompanhar o desenvolvimento de cada aluno.

SARESP

18 – C

O Saresp – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – adota procedimentos metodológicos formais e científicos cada vez mais aprimorados para coletar e sistematizar dados e produzir informações sobre o desempenho dos alunos ao término das terceiras, quintas, sétimas e nonas séries do Ensino Fundamental

e terceira série do Ensino Médio.

A partir de 2007 algumas mudanças foram introduzidas no Saresp, tornando-o mais adequado tecnicamente às características de um sistema de avaliação em larga escala, que permita acompanhar a evolução da qualidade do sistema estadual de ensino ao longo dos anos.

19 - C

Segundo Fini e Macedo, a comparação dos resultados do SARESP com o SAEB a partir de 2007 pode ser realizada devido às seguintes ações:

1. Houve uma adequação das habilidades avaliadas no SARESP às do SAEB, para a quarta e a oitava séries do Ensino Fundamental e a terceira série do Ensino Médio.
2. A Escala de Proficiência do SARESP, a partir de 2007, está na mesma métrica utilizada pelo SAEB.

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8069, DE 13 DE JULHO DE 1990

20 – D

Podemos ler no Art. 68:

O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985 – ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS ESTUDANTES

21 – A

A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim. Lei 7398 – 4 de Novembro de 1985.

INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO AÇÃO EDUCATIVA - 2004

22 – A

Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. A maioria das pessoas concorda com o fato de que uma escola boa é aquela em que os alunos aprendem coisas essenciais para sua vida, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo.

23 – B

Os eventuais conflitos durante as discussões dos grupos devem ser vistos como positivos, pois a inicial divergência de opiniões possibilita que todos possam dizer o que pensam. É necessário que o diretor evite que alguém ou algum grupo imponha uma visão sobre o assunto tratado, ouvindo e respeitando o que o outro tem a dizer e aproveitando o momento para o diálogo. A ideia é olhar para as diferentes dimensões de análise tal como se apresentam, buscando ações para ultrapassar as eventuais dificuldades.

DECRETO Nº 57.571 – PROGRAMA “EDUCAÇÃO – COMPROMISSO SÃO PAULO”

24 – B

Consta no Artigo 4º - II - do DECRETO Nº 57.571, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011 - que o Conselho Consultivo do Programa Educação - Compromisso de São Paulo, tem a seguinte composição:

II - até 10 (dez) representantes da sociedade civil, indicados pelo Secretário da Educação.

25 – C

Está incorreta a palavra “exclusivo” que consta na redação do item.

O correto é: atendimento prioritário às unidades escolares cujos alunos apresentem resultados acadêmicos insatisfatórios, demonstrados por meio do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, visando garantir-lhes igualdade de condições de acesso e permanência na escola;

PROGESTÃO: COMO DESENVOLVER A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA? MÓDULO IX - CONSED

26 – D

Embora possa ser útil em alguns casos, a avaliação somativa NÃO expressa o processo de aprendizagem global, isto é, o nível de compreensão do aluno e a sua formação. Para melhor investigação e acompanhamento do processo de aprendizagem a avaliação somativa deve ser associada a outras modalidades de avaliação, como a diagnóstica e a avaliação formativa.

27 – C

A avaliação formativa foca especificamente o processo de ensino e de aprendizagem. Desta forma, não se destina a avaliar a escola ou o sistema escolar como um todo.

28 – D

A finalidade da avaliação institucional é a busca do aperfeiçoamento ou melhoria da escola ou do sistema.

Avaliação institucional NÃO visa, imediatamente, à punição nem à premiação. Ela busca aperfeiçoamento, pois a ação central é de reconstrução.

Eventual premiação, como estímulo ao mérito, não é desaconselhável, pois não causa dano, mas não é este o seu propósito.

UMA ANÁLISE DE PROBLEMAS DETECTADOS E SOLUÇÕES PROPOSTAS POR COMUNIDADES ESCOLARES COM BASE NO INDIQUE – ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

29 – C

O correto é ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

30 – B

A alternativa que expressa as ideias defendidas pela Proposta Curricular do Estado de São Paulo é a B. A aprendizagem é destacada como centro da atividade escolar. As Competências, por serem mais gerais e constantes em relação aos conteúdos, que são mais específicos e variáveis também ganham relevância. É necessário melhor qualidade de aprendizagem e não quantidade de ensino.

Ler e escrever são priorizados, pois são entendidos como possibilidade de concretização das demais competências – conquista de autonomia.

QUESTÕES 31 E 32 REFEREM-SE À DELIBERAÇÃO CEE 9/97

Esta Deliberação institui o regime de Progressão Continuada no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo. Trata-se, na verdade, de uma estratégia que contribui para a viabilização da universalização da educação básica, da garantia de acesso e permanência das crianças em idade própria na escola, da regularização do fluxo dos alunos no que se refere à relação idade/série e da melhoria geral da qualidade do ensino, além de combater a evasão e evitar múltiplas repetências. Não deve ser entendida como promoção automática.

31 – C

Porque, ao reconhecer o regime de progressão continuada a LDB deu autonomia aos sistemas de ensino para que os mesmos organizem o ensino fundamental em um ou mais ciclos e garantam ao aluno o direito a recuperação contínua, e a paralela após os períodos de avaliação. O que está posto na Deliberação 9/97.

32 – A

Visto que a LDB determina 75% de frequência sobre a carga horária total para que o aluno seja aprovado. E é de responsabilidade da escola apurar a frequência do aluno, manter os pais informados e tomar as devidas providências, inclusive encaminhar a relação dos alunos faltosos à Diretoria de Ensino, (e não diretamente ao Conselho Tutelar) Inciso III do artigo 4º da Del. CEE 9/97, para que esta solicite a colaboração dos

órgãos competentes.

LEI COMPLEMENTAR Nº 444/1985 (Artigos 61, 62, 63 e 95)

As questões 33, 34, 35 e 36 referem-se à Lei Complementar 444/1985

Esta lei complementar estrutura e organiza o Magistério Público de Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. É também conhecida como Estatuto do Magistério. Passou por várias alterações ao longo do tempo.

Para os efeitos deste Estatuto, estão abrangidos os docentes e os especialistas de educação que desenvolvem atividades de ministrar, planejar, executar, avaliar, dirigir, orientar, coordenar e supervisionar o ensino. Nela, estão dispostos os direitos e deveres do integrante do Quadro do Magistério, formas de provimento de cargos, jornadas de trabalho, organização do Conselho de Escola e outros. O artigo 95 refere-se especificamente à organização e composição do Conselho de Escola. Este artigo deverá ser muito bem estudado. É provável que uma questão sobre Conselho de Escola esteja presente na prova.

33 – E

Porque o integrante do Quadro do Magistério, no exercício do cargo e no desempenho de suas atribuições tem deveres a cumprir. É fundamental que seja do conhecimento de todos os deveres que estão determinados no artigo 63 e seus incisos da referida Lei.

34 – B

O Conselho de Escola tem natureza deliberativa, toma decisões. É presidido pelo Diretor da Escola, que é considerado membro nato. Tem no mínimo 20 e no máximo 40 componentes, fixado sempre proporcionalmente ao número de classes do estabelecimento de ensino.

35 - A

Os componentes do Conselho de Escola serão sempre escolhidos entre os seus pares, mediante processo eletivo durante o primeiro mês letivo. Cada segmento deverá ser representado: professores, funcionários, alunos, pais, especialistas, exceto o diretor porque ele é membro nato.

36 – A

O Conselho de Escola, na sua composição deverá, obrigatoriamente, obedecer a proporcionalidade determinada no artigo 95, §1º e incisos da Lei Complementar 444.

**LEI Nº 10.261/68 – ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO
(Artigos 176 a 250)**

As questões 37 e 38 referem-se à Lei 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Esta lei institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado. Funcionário público, para os fins deste Estatuto, é a pessoa legalmente investida em cargo público.

37 – B

Todo funcionário público pode requerer licença para tratamento de saúde. Uma vez concedida a licença, o funcionário poderá desistir, DESDE QUE, em inspeção médica, fique comprovada a cessação dos motivos determinantes da licença.

38 – B

A estabilidade é assegurada apenas aos funcionários públicos nomeados por concurso público. Para ter assegurada a estabilidade é necessário contar com três anos de efetivo exercício. Lei Complementar 1.256/2015.

39 – D

A meta estabelecida refere-se a cinquenta por cento das escolas oferecendo educação em tempo integral e, progressivamente, a todos os alunos da Educação Básica.

40 – D

Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores religiosos e éticos em que se fundamenta a sociedade; (A palavra religiosos está errada, um dos princípios da escola pública no Brasil é a laicidade, portanto, a redação correta seria “com ênfase nos valores morais e éticos”).

41 – D

Haverá regime de “colaboração” entre União, Estados e Municípios, inclusive será criada uma instância permanente de negociação e pactuação entre o Estado e os seus respectivos Municípios, que garanta o fortalecimento do regime de colaboração.

42 – B

Existem alguns tópicos mínimos a constarem dos Regimentos Escolares, no seu conjunto, deve ser um texto destituído de minúcias e particularidades conjunturais, mas precisa conter um mínimo de preceitos que, refletindo as medidas do estabelecimento para realização de sua proposta pedagógica, regulamentem as relações entre os participantes do processo educativo.

43 – A

Somente na alternativa A estão descritos aspectos dos OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR, os outros se referem a outros aspectos das Normas Regimentais. Atentar para a principal finalidade que é o pleno desenvolvimento do educando.

44 – E

A questão da avaliação não é tratada em aspectos que se referem a ações de Gestão Democrática, portanto, está incorreta.

45 – A

A avaliação deve ser vista de forma individual, dentro de seu processo de aprendizagem, sempre do aluno em relação a ele mesmo, e cabe à equipe escolar diagnosticar seus avanços e dificuldades, intervindo de forma qualitativa para que o aluno supere suas dificuldades e avance em seus aprendizados.

46 – E

O aspecto da COMPETITIVIDADE não está descrito na referida lei e não é uma competência esperada para um integrante da Classe Gestora, que deve compreender

outras habilidades de liderança.

47 – C

Aos servidores ingressantes no cargo de Diretor de Escola, a Avaliação Periódica de Desempenho Individual- APDI será aplicada a partir do cumprimento do estágio probatório, terá periodicidade anual e integrará o prontuário funcional do Diretor de Escola, quando esta for insatisfatória deverá obrigatoriamente frequentar o curso do Programa de Desenvolvimento Profissional.

48 – B

De acordo com a lei LEI COMPLEMENTAR Nº 1.256, DE 06 DE JANEIRO DE 2015 que Dispõe sobre Estágio Probatório, o servidor ingressante no cargo de Diretor de Escolar estará durante os 03 (três) primeiros anos de efetivo exercício em período caracterizado como estágio probatório, que equivale a 1.095 (um mil e noventa e cinco) dias de exercício efetivamente prestado.

49 – C

A formação mínima para ocupar cargos de Supervisor de Ensino são a formação em Pedagogia ou Pós-graduação em Educação e nunca menos de 08 anos no Magistério, sendo 03 em cargos de gestão educacional.

50 – A

Atualmente devemos incorporar uma mudança do sentido que se atribuía à avaliação; não mais uma avaliação com vistas a promover ou reter alunos, mas uma avaliação que permita perceber seus avanços de aprendizagem com prevalência nos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

51 – E

A Progressão continuada garante ao aluno avanço nos estudos através das avaliações individuais e das intervenções realizadas através da recuperação contínua e paralela.

52 – C

Um sistema de verificação do rendimento escolar assenta-se sobre a avaliação do aproveitamento, realizada pelos professores. Avaliar de qualquer forma, se previstos, exames ou provas finais não devem prevalecer sobre os resultados obtidos ao longo do ano letivo e aos avanços que os alunos tiveram.

53 – D

Sequência diz respeito ao desenvolvimento das aprendizagens no tempo, isto é, ao que se deve ensinar antes, o que pode e deve vir depois. A integração diz respeito às aprendizagens que devem ocorrer concomitantemente, isto é, aquelas que apresentarão melhores resultados se forem propiciadas aos alunos de forma interligada. Conforme a concepção, a ser definida na proposta pedagógica, sequência ou integração terão prevalência no desenvolvimento das atividades.

54 – B

Organização da educação escolar no Brasil:

Níveis	Etapas
Educação Superior	
Educação Básica	Educação Infantil Ensino Fundamental Ensino Médio

A Educação Escolar brasileira também conta com 7 modalidades de ensino:

1. Educação de Jovens e Adultos - EJA
2. Educação Especial
3. Educação Profissional e Tecnológica
4. Educação do Campo
5. Educação Escolar Indígena
6. Educação Escolar Quilombola

7. Educação a Distância – EAD.

55 – D

Estes percentuais (18% para União e 25% para Estados, Municípios e DF) são os mínimos que as diversas esferas administrativas são obrigadas a aplicar em manutenção e desenvolvimento do ensino. Como são percentuais mínimos, em alguns estados e municípios, o percentual aplicado é superior aos 25% obrigatórios em lei.

56 – E

A preocupação, o foco, tem que se deslocar do que precisa ser ensinado pelos professores para o que precisa ser aprendido pelos alunos, sempre levando em consideração quem são os alunos, a realidade em que vivem para propor um currículo que faça diferença na vida de cada um deles, que seja pertinente e relevante.

57 – D

A relação entre União, Estados e Municípios é de colaboração. Tendo em vista que todas as esferas têm as diretrizes e ações alinhadas pela LDB, os sistemas se apoiam na organização do atendimento da demanda, na formação de professores, recursos pedagógicos, entre outros.

58 – B

Os princípios elencados nas alternativas da questão, exceto o do item B, estão em consonância com a Constituição Federal em seu artigo 206 e visam oferecer o ensino de qualidade.

O item B não é princípio, pois a LDB dispõe que deve existir vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, haja vista que a escola deve preparar para a cidadania e para o trabalho.

59 – A

O artigo 12 é de natureza atributiva, ou seja, trata da atribuição de responsabilidade dos profissionais dos estabelecimentos de ensino, cabendo ao gestor coordenar todos os

profissionais, alunos e comunidade a buscar alternativas que melhorem as ações visando à aprendizagem dos alunos.

O item B está errado porque não basta ouvir a equipe da escola e redigir. É um trabalho coletivo que envolve também o Conselho de Escola.

60 – C

Diante da concepção de currículo estabelecida na Resolução e o entendimento que os educandos são pessoas em formação em sua essência, entendemos que o currículo contribui para construir identidades.

61 – D

A qualidade social da educação só é alcançada se todos os sujeitos se empenharem para incluir todos os educandos no processo educacional, promovendo sua participação e aprendizagem. Dessa forma ele permanecerá na escola (não haverá evasão), terá sucesso na aprendizagem e concluirá o curso.

62 - C

Na Educação Básica é necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar em sua inseparabilidade.

Esse cuidado deve ser concretizado em ações integradas que ocorrem no interior da própria escola e externamente, quando a escola busca e indica os serviços de apoio para assegurar a aprendizagem, o bem estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

Esse cuidado indissociável da educação escolar deve ser considerado em toda a educação básica e não somente na educação infantil e séries iniciais.

63 – C

A avaliação da aprendizagem é realizada na unidade educacional, é de caráter formativo e o aspecto qualitativo deve predominar sobre o quantitativo e classificatório. Deve ser entendida como uma estratégia de progresso individual e contínuo.

A avaliação institucional deve ser prevista no PPP e detalhada no plano de gestão, que a escola elabora anualmente e que indica os objetivos e metas a serem concretizados.

A avaliação de redes de educação básica é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional. Os resultados sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está.

64 – B

O direito que a pessoa tem à educação é inalienável, ou seja, não pode ser tirado da pessoa. Os pais ou responsáveis são obrigados, por lei, a matricular seus filhos na escola e o Estado brasileiro é obrigado a oferecer vaga.

65 – C

O item V não é considerado princípio porque indica que o ingresso por concurso público dos profissionais da educação, nas redes públicas de ensino, pode ser opcional e o princípio é ingresso por concurso de provas ou provas e títulos, para provimentos em cargos públicos de professor.

66 – A

Mesmo tendo dois concursos concomitantes, os candidatos aprovados no primeiro serão chamados até o término da vigência do concurso, só depois iniciará a chamada dos candidatos do novo concurso.

67 – B

A educação escolar obrigatória no Brasil é dos 4 aos 17 anos (inicia na educação infantil – pré-escola e vai até o ensino médio). A creche (0 – 3 anos) não é obrigatória.

68 – A

O sistema de ensino deve aderir ao Compromisso Todos pela Educação. O sistema que não adere ao Compromisso perde a possibilidade de participar dos programas desenvolvidos pelo governo federal.

69 – E

Quando o sistema de ensino adere ao Compromisso Todos pela Educação elabora um Plano de Ações Articuladas – PAR e assim receberá o apoio necessário em ações de gestão, formação de professores, recursos pedagógicos e de infraestrutura no prédio escolar.

70 – E

O PQE tem por objetivo promover a melhoria da qualidade e a equidade do sistema de ensino na rede estadual paulista, com ênfase no direito de aprender com qualidade.

71 – A

Escola de qualidade é aquela que a maior parte dos alunos atinge os objetivos previstos para o ano letivo.

72 – B

O desempenho dos alunos é medido pelos resultados dos exames de Língua Portuguesa e Matemática do SARESP, nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio e podem ser agrupados em 4 níveis de desempenho.

O fluxo escolar é medido pela taxa média de aprovação em cada etapa da escolarização, coletadas pelo Censo Escolar.

73 – C

A educação em direitos humanos deve ter como foco, além dos conhecimentos sobre essa temática, a afirmação de valores, boas atitudes e práticas sociais, formação de consciência cidadã nos educandos, fortalecimento de práticas para promover e proteger os direitos humanos e reparar violações. Os professores devem propor aulas com boa metodologia, temas contextualizados e com materiais adequados.

74 – B

Quando a pessoa desenvolve valores de cidadania, todas as ações dessa pessoa refletirão esses valores.

75 – E

Todos os princípios elencados são válidos e devem nortear o planejamento das ações previstas no PPP e se concretizar no cotidiano da escola.

A cultura de direitos humanos deve estar presente em todos os espaços sociais e todas as práticas adotadas devem ser coerentes com os valores e princípios da educação estabelecidos e devem ser orientados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade.

A educação em direitos humanos tem caráter transversal, deve permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerar a diversidade cultural e ambiental dos alunos, garantir a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão e a equidade, ou seja, a qualidade social da educação.

76 – C

O item III é falso porque quando se tratar de aluno menor de idade é necessária a manifestação formal dos pais ou responsáveis, para a inclusão do nome social nos registros escolares. Os demais itens são verdadeiros.

77 – D

De acordo com os dispositivos legais o professor tem direito à escolha de tratamento nominal nos registros da escola e no âmbito da administração direta e indireta do Estado de São Paulo.

78 – D

O item II não é correto, pois a justiça restaurativa não visa à punição dos culpados e sim resolver os conflitos de forma dialógica, de forma não violenta. A solução de conflitos parte dos próprios envolvidos com ajuda de um mediador.

79 – D

O PNAE é para todos e quaisquer alunos matriculados na educação básica da rede pública. (incluem-se também as matrículas nas escolas conveniadas com o poder

público).

80 – A

A gerência financeira é uma das principais competências do gestor escolar e é direcionada aos princípios e finalidades educacionais propostos no projeto pedagógico, por meio de 3 etapas: planejamento, execução e prestação de contas.

Todos os recursos devem se destinar à cobertura de despesas para o funcionamento da escola, sempre de acordo com o plano de ação aprovado pelo conselho ou colegiado.

81 – D

Quando um diretor de escola assume o cargo em uma unidade educacional deve verificar, fisicamente, todo o patrimônio da escola e conferir com os registros.

É extremamente importante que se tenha esse procedimento, pois a partir de uma determinada data, estabelecida pelo Sistema de Ensino, o novo diretor passa a ser o responsável pelos bens cadastrados, mesmo que eles não constem fisicamente na unidade.